



# XXXI Congresso de Iniciação Científica ----- Unicamp

2  
0  
2  
3



UNICAMP



PRP  
PROFESSORIA DE PESQUISA  
unicamp

## MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE RAÇA E GÊNERO

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho brasileiro, informalidade, precariedade, raça, gênero.

**Autores/as:**

**Danielle Araujo Sousa [IE/UNICAMP]**

**Paulo Sérgio Fracalanza (orientador/a) [IE/UNICAMP]**

---

### INTRODUÇÃO

O Brasil tem como característica socioeconômica fundamental imensa desigualdade social. As raízes históricas dessa desigualdade se entrelaçam nos processos de marginalização e exclusão das populações descendentes de escravos libertos nos mercados de trabalho em gestação, na forma peculiar do desenvolvimento econômico que aqui se processou e no insuficiente conjunto de políticas públicas patrocinadas pelo Estado para a homogeneização social. No Brasil, com efeito, o mercado de trabalho é estruturalmente desorganizado, desigual e com altos níveis de informalização e precariedade das relações de trabalho.

Assim, uma característica evidente no mercado de trabalho brasileiro é o impacto das questões raciais e de gênero nas relações de trabalho. Quando lançamos esse olhar ao mundo do trabalho do Brasil constatamos que a precarização atinge, sobretudo, as pessoas negras e as mulheres. Por isso, é extremamente necessário realizar a análise do mercado de trabalho

considerando as questões raciais e de gênero, principalmente em relação às mulheres pretas, para eventualmente propor transformações que combatam as desigualdades de forma mais efetiva.

## **METODOLOGIA**

Com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa é preciso fazer uma busca bibliográfica competente que contemple a formação do mercado de trabalho brasileiro e suas características. Para tanto, com o auxílio do método histórico-estrutural, recorreu-se ao estudo de uma bibliografia previamente selecionada, aprofundada por uma pesquisa bibliográfica mais extensa e orientada. Após uma breve introdução, a segunda parte do trabalho dedica-se à exploração de algumas características da organização do mercado de trabalho brasileiro, a partir de um recorte de raça e gênero. A terceira parte traz elementos para uma reflexão sobre a participação das mulheres e das mulheres negras, em especial, no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo. Por fim, seguem-se as considerações finais que retomam alguns dos achados da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nota-se que o Brasil é marcado pela permanência do excedente estrutural de mão-de-obra originado por questões históricas que impede a inserção de uma expressiva porção da população no mundo do trabalho. Considerando a importância de analisar a formação do excedente estrutural da força de trabalho brasileira, buscou-se neste trabalho apresentar seu progresso de criação e consolidação resultado, respectivamente, do regime da escravidão e abolição da escravatura (KREIN; MANZANO; TEIXEIRA, 2020). O Brasil Imperial foi responsável por estruturar as relações socioeconômicas do Brasil. A sociedade durante o período Imperial foi moldada pela escravidão, de forma que ela era o componente o motor econômico e a base das relações sociais do período, sendo a principal razão dela ter perdurado por muito tempo (ALMEIDA; VELLOZO, 2019). Posteriormente a abolição da escravidão, não houveram políticas de inclusão das pessoas recém-libertas, ao invés disso elas foram marginalizadas, sendo excluídas no mercado de trabalho e sofrendo com preconceito racial, que causou mazelas de ordem psicológica e social para a população negra. A mão-de-obra no país passou a ser de imigrantes europeus que começaram a vir para o Brasil de forma massiva em busca de oportunidades, o Estado incentivou a vinda de

imigrantes ao território brasileiro com o objetivo de substituir totalmente o trabalho de ex-escravos para europeus e promover o embranquecimento da população (FERNANDES, 1978). Esse processo originou um vasto excedente estrutural e perpetuou a desigualdade racial no Brasil.

Outra característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro, explorada no presente trabalho, é a de desorganização e desestruturação. A falta de planejamento no mundo do trabalho foi responsável por manter essa característica apesar do dinamismo econômico ocorrido, dos anos 30 ao 80, durante o intenso processo de industrialização brasileiro (KREIN, 2007). Na década de 90, o nível de flexibilização no mercado de trabalho se intensificou na década de 90 quando a agenda de flexibilização do trabalho no Brasil foi efetivamente implementada, em um cenário de predomínio de políticas liberais. Assim, muitos avanços no mundo do trabalho conquistados na década de 80, com a criação da Constituição de 1988, foram desmontados (KREIN, 2007).

Finalizando o estudo do mercado de trabalho no Brasil foi analisado o processo e os desafios da inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente, das mulheres negras. Mostrando como o sistema patriarcal e racista interfere nas relações de trabalho. Nesse sentido, é importante destacar o quanto a divisão sexual e social do trabalho foi responsável por direcionar as mulheres à esfera reprodutiva caracterizada pelos serviços domésticos, dificultando a sua inserção e ascensão no mercado de trabalho. Além disso, trabalho trouxe a discussão de como o racismo estrutural foi forma historicamente e atinge a população preta na contemporaneidade, expresso pela necropolítica, desigualdade e discriminação racial (KERGOAT; HIRATA, 2009), (ALMEIDA, 2019).

Portanto, ao longo deste trabalho foi desenvolvida uma análise do mercado de trabalho brasileiro considerando as suas características estruturais, principalmente, no que se refere aos impactos da questão racial e de gênero. Foi examinado a origem e organização do mercado de trabalho, apresentando como se formou a sua estrutura escravista, patriarcal, desorganizada e desigual com o objetivo de observar os desdobramentos das suas características na sociedade brasileira atual. Ademais, foi apontado, por meio de dados, o quanto o racismo e o patriarcado dificultam a inserção das mulheres e pessoas negras na atividade econômica, além de mostrar que essas populações são fortemente afetadas pela

precarização e deterioração da renda, diante do cenário de expressiva desigualdade social do Brasil.

Como resultado do estudo de raça e gênero na atividade econômica, observa-se que o mercado de trabalho apresenta uma estrutura segregadora, a qual reflete as opressões concebidas na sociedade. Considerando os dados do mercado de trabalho contemporâneo de rendimento médio e taxa de subutilização da força de trabalho segundo cor ou raça e sexo, observa-se que as mulheres pretas são apresentadas uma remuneração inferior e uma parte significativa dessa população está em situação de informalidade e precariedade. Diante disso, nota-se que as mulheres negras são as pessoas mais marginalizadas no mercado de trabalho, sendo a população mais afetada pelo processo de modernização, realizado pelo Brasil, que é caracterizado pela concentração de renda, em um modelo profundamente conservador e excludente.

## **CONCLUSÕES**

Diante do contexto do aumento da flexibilização, informalidade e precariedade no mundo do trabalho no Brasil, o objetivo precípua desse projeto de iniciação científica é realizar uma interpretação de alguns dos determinantes e características do mercado de trabalho brasileiro atual, sobretudo em suas problemáticas dimensões de raça e gênero.

Ao realizar uma análise através do método histórico-estrutural, constatou-se que o mercado de trabalho é caracterizado fundamentalmente por possuir um excedente estrutural de mão-de-obra que dificulta a inserção de uma significativa parcela populacional no mercado de trabalho, originando um mercado de trabalho estruturalmente desorganizado e desigual. Esse processo foi agravado pela flexibilização das relações de trabalho, sofrida nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, de uma desestruturação das leis trabalhistas. Ademais, por conta da discriminação as pessoas negras e as mulheres foram as mais afetadas pelo processo de marginalização no mundo do trabalho.

Portanto, nota-se que o mercado de trabalho brasileiro apresenta muitas problemáticas a serem corrigidas, principalmente, em relação a assimetria de rendimentos e a precarização da mão de obra. Sendo assim, é importante o fortalecimento do papel do Estado para a regulamentação das relações trabalhistas e a realização de políticas públicas para combater o

desemprego, informalidade e discriminação no mercado de trabalho, construindo uma nova agenda do trabalho.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BALTAR, P. E. A. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90**. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio De Janeiro: Zahar, 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H., LABORIE, F. LE DOARÉ, H (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KREIN, J; MANZANO, M; TEIXEIRA, M. **Utopias do trabalho: desafios e perspectivas para o pós pandemia**. Dez. 2020.

KREIN, J. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas, p. 21-105. 2007.

VELLOZO, J; ALMEIDA, S. **O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial**. Jul. 2019.